
FORMAÇÕES EGÍPTOLÓGICAS EM PORTUGAL: PERCURSOS, OFERTA E TENDÊNCIAS

GUILHERME BORGES PIRES*, INÊS TORRES**

A Egiptologia não se constitui como área de estudo homogénea ou historicamente linear. Pelo contrário, desde o seu alvor até ao tempo presente, este campo do conhecimento tem-se urdido em meandros muito diversos, evidenciando variações significativas, quer sincrónica quer diacronicamente. A heterogeneidade de perspectivas e práticas egiptológicas que emergiram em diferentes latitudes favorece uma conceptualização plural: em lugar de nos referirmos à *Egiptologia*, talvez seja preferível reportamo-nos a *Egiptologias*, visando uma aproximação às realidades complexas e diversas observáveis em âmbito egiptológico à escala global.¹ Com efeito, sem prejuízo da vocação global do campo, detectam-se diferentes abordagens a nível local/regional/nacional, enraizadas em particularidades locais e que perpassam dimensões históricas, geopolíticas e económicas que, por conseguinte, afectam o acesso e produção epistemológicos e, por extensão, o consumo e produção de conhecimento (Langer 2017, xiii–xxx). Paralelamente, ainda que a academia não detenha o monopólio do conhecimento científico, é seguro afirmar que o processo de estabelecimento e

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3923-5638>. E-mail: guilhermepires@fcs.unl.pt.

** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8201-3627>. E-mail: inestorres@fcs.unl.pt.

¹ Para além de adoptada pelos/as editores/as do presente volume, a opção pela pluralização conceptual é também proposta por Christian Langer (Langer 2017, xiii).



desenvolvimento de uma práxis egiptológica num determinado território depende inerentemente das formações e possibilidades de estudo que aí se oferecem, nomeadamente, a nível universitário.

O presente capítulo visa traçar um sucinto panorama das formações egiptológicas em Portugal,² procurando sondar os seus principais agentes e características, alicerçando a análise em três eixos fundamentais, que assim configuram uma estrutura tripartida. Num primeiro momento, preocupar-nos-emos em apresentar um breve percurso diacrónico da transmissão de conhecimento egiptológico em solo português, desde as suas primeiras manifestações até realidades mais recentes. O segundo momento do trabalho consiste num detalhamento sumário da oferta formativa actualmente existente em contexto universitário português subjacente a tópicos egiptológicos. Por fim, procuraremos fornecer alguns dados quantitativos relativos à produção de conhecimento egiptológico em instituições de Ensino Superior em Portugal, nomeadamente, no que diz respeito a dissertações de mestrado e teses de doutoramento,³ averiguando-se as principais tendências e problemáticas sugeridas por aquelas.

Em suma, pretendemos com a presente contribuição⁴ oferecer uma análise necessariamente concisa e preliminar do passado e presente das formações egiptológicas no quadro académico-universitário português, destacando aspectos de uma realidade particular e local que, não obstante, faz parte e contribui para a complexa moldura egiptológica global.

² A este título, importa esclarecer que não será considerada a actividade docente protagonizada por indivíduos portugueses em instituições universitárias estrangeiras, que careceria de um estudo de outra natureza.

³ Adoptando a terminologia em uso no sistema universitário português aquando da redacção do presente capítulo.

⁴ Importa, contudo, reconhecer que não somos os primeiros a trabalhar esta temática, devendo destacar-se, de forma particular, o artigo de Isabel Gomes de Almeida (2020) – que traça um breve panorama dos estudos próximo-orientais em Portugal, mencionando também o/a Egipto(logia) – e sobretudo o de José das Candeias Sales (2023), que mapeia a oferta formativa de teor egiptológico actualmente existente nos *curricula* de três universidades portuguesas (Universidade de Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade Aberta), a que oportunamente regressaremos.

Percursos: breve panorama histórico das formações egíptológicas em Portugal

Em 1861 era inaugurado em Lisboa, no Convento de Nossa Senhora de Jesus (actual Academia das Ciências de Lisboa) o “Curso Superior de Letras” (ver Couvaneiro 2012), na sequência do estabelecimento do curso de Humanidades na Real Academia Portuguesa de Ciências (Almeida 2020, 224), a primeira instituição portuguesa explicitamente vocacionada para uma educação superior nas áreas da História, Filosofia e Literatura. Dois anos após o seu alvor e mediante um concurso público, Jaime Moniz (1837–1917), um político e intelectual português, torna-se professor da disciplina “História Universal Filosófica”, permanecendo no cargo até ao ano de 1895 (Couvaneiro 2012, 32). O ano académico de 1865–1866 marca o primeiro registo oficial de um intuito de leccionação de conteúdos egíptológicos em contexto (proto-)académico no panorama português, quando Jaime Moniz decide incluir, a par de princípios basilares sobre ciência, um estado da arte e noções básicas alusivas ao antigo Egipto, alegando circunscrever-se somente a esse contexto civilizacional devido à impossibilidade de abordar outras realidades histórico-geográficas num único ano lectivo (Moniz 1865, 11; Couvaneiro 2012, 32, n. 60). Embora a motivação para se limitar a uma única cronologia na sua disciplina, assente em razões de ordem de economia do tempo de instrução, seja explícita, as razões que estiveram na génese da escolha daquela realidade cronológica e geográfica da História Antiga em detrimento de outras permanecem obscuras.⁵ Dois anos depois, em 1868, António Enes (1848–1901) apresentaria uma dissertação intitulada “A Philosophia Religiosa do Egipto” à mesma instituição (Neto 2002, 232), naquele que é, ao que tudo indica, o primeiro trabalho académico português primariamente dedicado ao antigo Egipto, um dado profundamente significativo caso se tome em linha de conta o estado embrionário da institucionalização do ensino sobre o antigo Egipto no contexto português.

⁵ Não obstante, é plausível que Moniz tenha leccionado sobre outras civilizações noutros anos académicos (Couvaneiro 2012, 32).

Não obstante, esta primeira tentativa de ensino sobre o antigo Egito em solo português respaldou em crítica e resistência, visíveis, nomeadamente, no quadro das denominadas “Conferências do Casino”, designação por que ficaram conhecidas um conjunto de comunicações públicas levadas a cabo no casino de Lisboa na primavera de 1871. Promovidas pelo escritor Antero de Quental (1842–1891) — membro do grupo do “Cenáculo”, que congregava escritores e intelectuais em torno de um posicionamento crítico face ao atavismo português, apontando o dedo a uma generalizada falta de vontade para acolher e associar-se a debates travados em instâncias internacionais/europeias — as “Conferências” visavam espoletar mudanças na sociedade e políticas portuguesas de então por intermédio da discussão de questões filosófico-científicas (vd. Reis 1990). Numa sessão dedicada à educação, organizada a 19 de Junho, o escritor e pedagogo Francisco Adolfo Coelho (1817–1919) tomou a palavra para expressar o seu desagrado face a um “certo professor” — plausivelmente, Jaime Moniz — que ensinava sobre antigo Egito no “Curso Superior de Letras” sem ter alguma vez visitado o Egito ou sequer aprendido a escrita hieroglífica:

Um professor abriu alli [i.e., no “Curso Superior de Letras”] um anno um curso sobre o Egypto antigo; este facto é simples na apparencia, mas significa muito pelas circumstancias do professor. Este nunca tinha ido ao Egypto, nem tinha estudado o hieroglypho; estava portanto na incapacidade absoluta de exercer a minima critica sobre os materiais que tinha que consultar, critica tanto mais necessaria quanto o estudo das cousas egyptias, que apesar dos seus progressos, encerra ainda muitas obscuridades e contradicções sobre pontos capitaes; o resultado é que o professor repetia simplesmente o que lia, dando de seu apenas a forma, sem confiança nenhuma de ter entre duas opiniões contradictorias escolhido a mais provável. (Coelho 1872, 44)

Para Adolfo Coelho, o estudo do antigo Egipto formava parte dos domínios necessários ao progresso do país. Todavia, caso Portugal almejasse ombrear com as demais nações europeias, era necessário que o seu sistema de ensino se desvinculasse da sua matriz religioso-cristã tradicional, investindo, entre outros aspectos, num professorado secular e bem formado, dominando os temas e realidades sobre os quais leccionariam. Tal necessidade de treino e formação adequados surge agudizada em função do estado de conhecimento sobre o antigo Egipto à época, caracterizado por “muitas obscuridades e contradicções”. O estudo do antigo Egipto é aqui conceptualizado no quadro de um contexto mais lato, entrecruzado com o sistema educativo português na sequência do estabelecimento do regime liberal, em que a urgência do conhecimento e da crítica face ao mesmo surgem como postulados inegociáveis.⁶

O findar do sistema monárquico em Portugal e a subsequente implementação do regime republicano saldaram-se em mudanças significativas no panorama universitário português. Com efeito, entre outros aspectos relevantes para uma visão da história educacional e académica portuguesa, uma das primeiras acções levadas a cabo pelas autoridades da recém-implementada *Primeira República*⁷ consistiu no estabelecimento das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra (Almeida 2020, 224–25), a par da fundação da Universidade do Porto, cuja faculdade análoga viria a constituir-se no final da década. Foi precisamente na instituição universitária nortenha, mais concretamente, no seu Museu de História Natural, que uma colecção de artefactos egípcios se viria a instalar, na sequência de um acidente diplomático ocorrido no contexto da I Guerra Mundial, em 1916.⁸

⁶ Para uma introdução ao liberalismo em Portugal e suas múltiplas implicações e ramificações ver Torgal e Roque 1998.

⁷ Uma síntese deste período pode ser aferida em Rollo e Rosas 2011 (ver contribuição de Maria Cândida Proença no referido volume colectivo, dedicada especificamente às questões da educação, incluindo considerações respeitantes ao desenvolvimento do Ensino Superior no período em causa).

⁸ Sobre o denominado “incidente do Cheruskia” ver, entre outros: Araújo 1993, 62; Araújo 2000; Yücel 2016. A este propósito, deve mencionar-se o projecto conduzido em 2023 por investigadores/as afiliados/as ao Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que investigou e inventariou dois conjuntos de fontes materiais fundamentais que chegariam a Portugal: o “Lote

Devido à posição neutral no conflito bélico inicialmente assumida pelo governo português, um navio de carga alemã denominado SS Cheruskia aportou a Lisboa, no seu regresso de Baçorá (situada no actual Iraque). Na embarcação seguiam diversos caixotes contendo artefactos da Ásia Ocidental, nomeadamente Babilónios e Assírios, decorrentes dos trabalhos arqueológicos liderados pelo arqueólogo alemão Walter Andrae. Sob pressão britânica, Portugal reteve 72 navios alemães em 1916, gesto que foi recebido como uma declaração de guerra pelas autoridades alemãs, envolvidas no conflito contra o Reino Unido. Os artefactos acabariam por ser temporariamente deslocados para um armazém alfandegário na capital portuguesa e, no decorrer da guerra, as potências beligerantes corresponder-se-iam a respeito do assunto.⁹ A documentação epistolar evidencia um desejo, por parte das autoridades britânicas, de que os objectos fossem transferidos primeiramente para Londres, devendo depois ser transportados até à recém-ocupada Mesopotâmia. Em 1921, e dada a persistência do impasse diplomático, Augusto Nobre, então Ministro da Instrução Pública e professor na Universidade do Porto, decreta a transferência do “espólio do Cheruskia” para o Porto. A colecção dá entrada no Museu de Arqueologia Histórica no ano seguinte e, em 1926, dez anos após o dealbar do incidente diplomático e num contexto pós-guerra, as autoridades alemãs e portuguesas chegam a acordo: Portugal acedia a devolver os itens apreendidos à Alemanha, em troca desta enviar uma colecção de artefactos representativos de diversas partes do globo, doados pelo Museu de Berlim, onde se incluía cerca de uma centena de objectos egípcios, que actualmente integram o acervo do Museu de História Natural e Ciência da Universidade do Porto.¹⁰ A mobilização de antiguidades como arma de negociação política revela-se altamente informativa não apenas no que à diplomacia europeia diz res-

VIII” de Bab el-Gasus (cujos objectos entrariam na Sociedade de Geografia de Lisboa — cf. capítulo assinado por Rogério Sousa neste volume) e a carga do navio Cheruskia (UIDB/04311/2020).

⁹ A documentação diplomática encontra-se actualmente no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Proc. 221/16; Mç 777, NAVIOS).

¹⁰ A respeito desta colecção veja-se: Araújo 2011; Cunha e Sousa 2006 (ver igualmente a contribuição de Luís Manuel de Araújo no presente volume).

peito, mas também à avaliação subjectiva que poderes militares e coloniais ocidentais protagonizam a respeito de diferentes contextos histórico-geográficos da Antiguidade, evidenciando leituras e percepções distintas das diversas culturas antigas. Todavia, no concernente à dimensão pedagógica que aqui nos ocupa, e apesar do documentado envolvimento governamental no processo, as evidências de que a integração de artefactos egípcios num aparelho institucional museológico universitário tenham tido qualquer impacto na grade curricular ou nas práticas de investigação e transmissão de conhecimento da respectiva universidade são praticamente inexistentes. A par de uma panóplia de outras explicações possíveis — onde se inclui um crónico parco investimento em matéria egípcia/egiptológica por parte das instituições de Ensino Superior portuguesas — o momento em que a colecção integrou o acervo portuense pode igualmente ter sido desfavorável ao estabelecimento de um ensino egiptológico.

Com efeito, o ano da resolução do incidente diplomático luso-germânico — 1926 — corresponde ao término da Primeira República, interrompida por um golpe de Estado militar de cunho nacionalista com o qual se iniciaria a mais longa ditadura da Europa ocidental, que se estendeu por um período de 48 anos, inicialmente denominada de “Ditadura Nacional” e posteriormente designada por “Estado Novo”, após a implementação da Constituição de 1933, de inspiração totalitária de extrema-direita.¹¹ O projecto ideológico do “Estado Novo” visava a criação de uma “identidade Portuguesa” pluricontinental e colonial, com repercussões em múltiplos aspectos e dinâmicas sociopolíticas e culturais, e que se traduziu, *inter alia*, num investimento e exploração das colónias portuguesas e num desprezo generalizado em torno de tudo o que não fosse tido como “suficientemente português”. Não correspondendo a territórios colonizados pelos portugueses, a Ásia Ocidental e o Nordeste Africano ficaram amplamente ausentes das preocupações geopolíticas internacionais do regime (Martins 2006, 99), apesar desta vasta região ter permanecido uma variável na polí-

¹¹ Para uma visão geral deste período ver Rosas 1994.

tica externa do seu líder — António de Oliveira Salazar (1889–1970) — bem como um *locus* de opinião pública no pós-II Guerra Mundial. Num discurso proferido a 25 de Novembro de 1947, Salazar parece perspectivar o Egipto e a Abissínia (actual Etiópia) como excepções num continente dominado por seis poderes coloniais europeus.¹² Paralelamente, o ditador prestou uma contínua atenção aos desenvolvimentos políticos na costa meridional mediterrânica, advertindo para o perigo do nacionalismo “árabe” no Norte de África como factor desestabilizador do que qualificava como a “África Negra” no Sul, concretamente, aquando da denominada “Crise do Canal do Suez”.¹³ Embora as visões e opinião pessoais de Salazar a respeito do antigo Egipto permaneçam desconhecidas, o facto é que o governo autoritário não investiu em formação e investigação egiptológicas, o que foi devidamente sublinhado por agentes do campo das ciências histórico-arqueológicas em Portugal. Numa carta datada de 1968, Fernando de Almeida (1903–1979), terceiro director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), referir-se-ia à colecção do museu que dirigia¹⁴ do seguinte modo: “Trata-se de um conjunto bastante heterogéneo, das mais diversas proveniências, cuja classificação e estudo aguardam o esforço de um especialista em Egiptologia, domínio que, entre nós, ainda não foi suficientemente cultivado” (apud Araújo 1993, 20). A escassez investigativa com respeito aos artefactos que integram o MNA é apresentada como intrinsecamente interligada à carência de indivíduos capacitados para o fazer em solo português, sugerindo um diagnóstico crítico no respeitante ao desenvolvimento dos estudos egiptológicos no país, onde se inscreve igualmente a (não) aposta no ensino e capacitação de profissionais da área.

A ditadura do *Estado Novo* terminaria a 25 de Abril de 1974, quando a Revolução dos Cravos abriu caminho ao fim da Guerra Colonial (1961–

¹² O discurso pode ser consultado na sua totalidade em Salazar 1951.

¹³ Sobre o posicionamento geopolítico de Portugal neste conflito internacional veja-se Martins 2006.

¹⁴ A respeito da colecção de artefactos egípcios patente no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa — a mais expressiva do país — ver Araújo 1993, bem como o capítulo que o mesmo autor assina no presente volume.

1974), bem como ao desmantelamento do aparelho político-repressivo do regime autoritário, com vista ao estabelecimento e consolidação da democracia,¹⁵ impactando igualmente o sistema universitário português e, conseqüentemente, os estudos de História Antiga/Egiptologia no país. De facto, três anos após o episódio revolucionário, em 1977, inaugurar-se-ia a primeira cátedra de Antiguidade Oriental na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), fundada dois anos antes, e que disponibilizaria uma unidade curricular relativa às culturas, civilizações e sociedades pré-clássicas (Almeida 2020, 227). Dois anos mais tarde, abria portas o primeiro “Instituto Oriental” português na mesma instituição, a primeira unidade de investigação nacional especificamente dedicada ao campo dos “estudos orientais”, com uma ênfase particular nos estudos árabes e islâmicos, mas integrando também na sua esfera de acção as culturas da Ásia Oriental. Do vasto conjunto de actividades e iniciativas levadas a cabo pela instituição, destaca-se a criação de uma biblioteca especializada, a organização de conferências, a publicação de uma série de monografias, não olvidando a promoção de cursos de línguas afro-asiáticas, incluindo hebraico, árabe, egípcio hieroglífico e acádio. Após um processo de fusão com o Instituto de História Antiga e Judaica (fundado em 1989), o Instituto Oriental viria a integrar-se no CHAM – Centro de Humanidades no ano lectivo de 2013/2014. Em 1986, por seu turno, fundar-se-ia um segundo “Instituto Oriental”, desta feita na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), entretanto extinto, mas que empreendeu iniciativas relevantes para a promoção dos estudos antigos/egiptológicos aí desenvolvidos. Actualmente, os/as investigadores/as na área da História Antiga/Egiptologia daquela instituição universitária encontram-se fundamentalmente afiliados/as ao seu Centro de História (CH-ULisboa). Para além destes dois centros de ensino e investigação, exerce-se presentemente Egiptologia em Portugal em duas outras instituições lisboetas: o Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta — a primeira institui-

¹⁵ Para uma introdução ao 25 de Abril de 1974 e aos múltiplos aspectos que dele decorrem veja-se Reis, Rezola e Santos 2016-2018.

ção universitária de ensino à distância em Portugal, fundada em 1988 — e o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa (UCP), embora nesta última não se proceda a qualquer formação de âmbito egiptológico, pelo que a sua intervenção egiptológica se faz sobretudo por via da integração de investigadores/as da área nos quadros da unidade de investigação (Sales 2023).

António Augusto Tavares (1926–2016) na primeira instituição e José Nunes Carreira na segunda foram absolutamente fundamentais para o estabelecimento dos estudos pré-clássicos/egiptológicos no Portugal pós-revolucionário. Apesar da sua formação académica no quadro dos Estudos Bíblicos e da História das Religiões e de não contarem com um treino específico no âmbito da Egiptologia (M. Lopes 2023, 95), procuraram integrar o/a Egipto(logia) no escopo mais vasto dos estudos pré-clássicos do país, contribuindo, com a sua produção académica, para a definição de uma tendência de estudos comparativos em História Antiga e, em certa medida, para desafiar a perspectiva do Egito antigo como uma “civilização isolada” — um *topus* frequente na historiografia do edifício egiptológico — influenciando diversos/as investigadores/as futuros/as. Da sua produção bibliográfica destaca-se ainda a publicação de guias de estudo (Carreira 1992; Tavares 1995), evidenciando um esforço de criação de material de feição pedagógica, destinado fundamentalmente a um público em estado formativo, concorrendo para colmatar a lacuna — ainda hodiernamente verificável — que se prende com a escassa publicação de bibliografia específica em língua portuguesa. Paralelamente, encetaram colaborações académicas internacionais com profissionais da área — particularmente de centros franceses (Almeida 2020, 227) — o que se traduziu não apenas na organização de conferências e cursos de formação, como também na coorientação das primeiras teses doutorais *de facto* egiptológicas defendidas em instituições universitárias portuguesas, nomeadamente, as de Maria Helena Trindade Lopes (1994) — orientada por António Augusto Tavares em parceria com Pascal Vernus — e Luís Manuel de Araújo (1998), supervisionada por Josep Padró.

Deste modo, o milénio parecia encerrar-se com a promessa de reversão do diagnóstico francamente negativo apresentado por Maria Helena

Trindade Lopes no cair do pano da década de 1980, no referente aos estudos pré-clássicos em Portugal — “Durante muito tempo, as Civilizações Pré-Clássicas foram princípio de carreira, obrigatório, de muita gente [...]. Era o castigo dado a quem começava. E desse castigo, obviamente, só poderiam ficar más recordações” (M. Lopes 1989, 148). A utilização de tempos pretéritos no excerto citado dá conta de uma realidade académico-formativa em mudança. Com efeito, pela primeira vez, Portugal contava com docentes especializados, significando que o antigo Egipto poderia agora ser ensinado por profissionais capacitados e vocacionados para tal, em lugar de professores/as e investigadores/as especializados/as noutras épocas históricas que se viam obrigados/as a leccionar disciplinas de História Antiga Pré-Clássica como uma imposição própria da fase inicial das suas carreiras. A crescente aposta em conteúdo egiptológico nas grelhas curriculares das licenciaturas em História em faculdades lisboetas, juntamente com a criação do primeiro e até agora único programa de mestrado especificamente centrado na Egiptologia em solo português, inaugurado na NOVA FCSH em 1998 (Caramelo e Lopes 2003, 153; M. Lopes 2023, 96–97), concorreram fortemente para um paulatino, ainda que sempre tímido, aumento no número de trabalhos académicos defendidos em universidades portuguesas e para o início da formação constitutiva daquilo que timoratamente se poderia qualificar de “Egiptologia(s) portuguesa(s)”. Não obstante, e apesar de todos os avanços expostos, a aposta em formação de cariz egiptológica é não apenas (ainda) relativamente diminuta, como fundamentalmente circunscrita à capital do país, como se detalhará na secção seguinte do presente capítulo.

Oferta: conteúdo(s) egíptológico(s) nas grelhas universitárias portuguesas¹⁶

A inexistência de um curso de 1º ciclo (licenciatura) especificamente voltado para a Egíptologia em Portugal faz com que qualquer sondagem do conteúdo egíptológico nos currículos oferecidos pelas universidades portuguesas tenha de passar por um cotejo dos planos de estudos propostos no âmbito de licenciaturas afins à exploração de tais tópicos, nomeadamente, História e, em menor medida, Arqueologia e História de Arte.

Como tal, a metodologia empregue na aferição de conteúdo egíptológico nas universidades portuguesas para efeitos da investigação e redacção do presente contributo caracterizou-se, num primeiro momento, pela consulta dos planos de estudos das licenciaturas de História, Arqueologia e História de Arte vigentes em Portugal. De acordo com o índice de cursos de 1º ciclo disponibilizado no sítio da Direcção-Geral do Ensino Superior,¹⁷ existem em Portugal sete licenciaturas em História, seis das quais em universidades públicas — Universidade de Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto, Universidade do Minho e Universidade dos Açores — correspondendo a sétima à oferecida pela Universidade Autónoma de Lisboa, uma instituição privada.¹⁸ Deve ainda mencionar-se a licenciatura que integra a oferta formativa da Universidade de Évora, que junta as áreas disciplinares da História e da Arqueologia numa mesma licenciatura. Este último campo de estudos é igualmente alvo de licenciaturas específicas nas universidades públicas acima mencionadas, à excepção da instituição açoriana, sendo ainda possível estudar Arqueolo-

¹⁶ Esclareça-se que a “oferta” de cariz egíptológico aqui considerada se limita às grades curriculares dos 1º (licenciatura), 2º (mestrado) e 3º (doutoramento) ciclos em contexto universitário português. Consequentemente, não nos pronunciaremos a respeito de outros contextos e actividades lectivos, como cursos livres ministrados nos âmbitos da “Formação ao Longo da Vida” e/ou das denominadas “Escolas de Verão”, deixando a ponderação da presença/ausência da transmissão de conhecimento sobre o antigo Egipto nessas instâncias para um momento futuro.

¹⁷ <https://www.dges.gov.pt/guias/indcurso.asp> (acesso em 23/7/2024).

¹⁸ Existe ainda uma outra licenciatura em História, sediada no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, mas que, por se centrar exclusivamente nos períodos moderno e contemporâneo não assume relevância para a análise em causa.

gia na Universidade do Algarve, onde figura numa licenciatura designada como “Património Cultural e Arqueologia”. O estudo da História de Arte, por seu turno, realiza-se em quatro universidades estatais em Lisboa (quer na FLUL, quer na NOVA FCSH), Porto e Coimbra.

A constatação mais imediata que resulta de um exercício exploratório pelos planos de estudos oferecidos nas instituições académicas portuguesas supracitadas é a de que, contrariamente ao que poderá suceder noutros contextos, a leccionação de temas egíptológicos em Portugal ocorre fundamentalmente nos cursos de História e não de Arqueologia ou História de Arte (o que pode, eventualmente, repercutir-se no teor e escopo dos trabalhos académicos de mestrado e doutoramento aí produzidos). Por outro lado, traçando um panorama da oferta formativa dos últimos decénios, verificam-se assimetrias consideráveis no tratamento de tópicos egíptológicos nas licenciaturas de História disponibilizadas pelas universidades portuguesas, passando por unidades curriculares específicas até outras em que o antigo Egipto é abordado marginalmente, no caldo mais vasto da Antiguidade Pré-Clássica ou até mesmo da Antiguidade como um todo. Pelas circunstâncias previamente detalhadas, e que decorrem da própria história académico-universitária portuguesa, é em Lisboa que se observa a oferta formativa mais significativa no que à Egiptologia diz respeito.

Com efeito, era na licenciatura em História oferecida pela NOVA FCSH que se encontrava a única unidade curricular inteiramente dedicada ao Egipto antigo de toda a oferta formativa nacional, intitulada “História do Egipto Antigo”. Circunstância que plausivelmente não será alheia ao facto de ter sido nessa mesma instituição que se defendeu a primeira tese doutoral em Egiptologia em território português, a cadeira oferecia aos/às estudantes que a frequentavam uma visão geral sobre diversos aspectos daquela cronologia e geografia, compreendendo, entre outras, as dimensões política, cultural, religiosa e social.¹⁹ Recentemente, contudo, no contexto da reforma curricular da licenciatura em História da referida instituição

¹⁹ <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9181/course/711051102#subject> (acesso em 23/7/2024).

implementada no ano lectivo de 2025–2026, as unidades curriculares exclusivamente centradas no Egíto Antigo e Mesopotâmia foram extintas, dando origem a uma nova designada “Egíto e Mesopotâmia na Antiguidade: espaços conectados”,²⁰ dividida em dois blocos subjacentes a cada contexto civilizacional, a disciplina é agora leccionada a duas vezes.²¹ A supra-mencionada reestruturação traduziu-se também num impacto ao nível das disciplinas optativas oferecidas à comunidade estudantil. Com efeito, se antes a lista incluía unidades como “Introdução ao Egíto Hieroglífico” (permitindo uma primeira tomada de contacto com a língua egípcia), bem como “História Cultural e das Mentalidades da Antiguidade” cujo desenho programático variava em função de quem assumisse a leccionação no respectivo ano lectivo (nos últimos anos da sua vigência, cobriu um temário fundamentalmente mesopotâmico,²² mas já se havia centrado, em anos anteriores, em conteúdo relacionado com o antigo Egíto), a nova grelha formativa contempla as opções “História das religiões na Antiguidade”, “História do pensamento na Antiguidade” e “Objectos, textos e imagens: expressões na Antiguidade”. À semelhança do verificável para a unidade curricular obrigatória, também as novas disciplinas complementares privilegiam uma visão abrangente dos contextos antigos em lugar de um tratamento centrado num único âmbito cronológico-territorial.²³

Tal opção programática já há muito havia sido implementada na FLUL, onde, em lugar da definição de uma unidade curricular exclusivamente dedicada ao Egíto antigo, se observava a sua integração em duas disciplinas alusivas à Antiguidade Pré-Clássica, a saber, “História da Antiguidade Pré-

20 A nova estrutura curricular da licenciatura em História da NOVA FCSH pode ser consultada em https://www.fcsh.unl.pt/static/documentos/Plano_Estudios/Licenciaturas/Estruturas/Estrutura_HIS_25_26.pdf (acesso em 8/1/2026).

21 No momento da redacção, Isabel Gomes de Almeida (responsável pela leccionação dos conteúdos relativos à Mesopotâmia) e Ronaldo Gurgel Pereira (encarregue do módulo centrado no antigo Egíto).

22 <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9181/course/711051116#subject> (acesso em 23/7/2024).

23 O autor e autora gostariam de agradecer a Isabel Gomes de Almeida as explicações alusivas ao novo plano de estudos em História da NOVA FCSH.

-Clássica” — de cunho mais sociopolítico²⁴ — e “História das Culturas da Antiguidade Pré-Clássica”, mais voltada para aspectos culturais, incluindo considerações de âmbito mítico-religioso.²⁵ Alvo de recente reconfiguração, as duas unidades curriculares têm agora, no âmbito da licenciatura em História, outras designações, a saber, “História do Próximo Oriente Antigo” e “História das Culturas do Mediterrâneo Antigo”, esta última com duas turmas, uma mais vocacionada para contextos clássicos e outra para pré-clássicos; não obstante, a nomenclatura anterior continua a ser utilizada na licenciatura em Arqueologia daquela faculdade.²⁶ Da grelha do curso deve ainda destacar-se a optativa “História Militar da Antiguidade”,²⁷ que inclui no seu programa diversos contextos civilizacionais antigos, incluindo o egípcio.²⁸

Na Universidade Aberta a abordagem do antigo Egito faz-se igualmente na sua oferta obrigatória e opcional; a primeira diz respeito à unidade curricular de “História das Civilizações Pré-Clássicas”, onde se visa a aquisição de conhecimentos relativos ao antigo Egito, Mesopotâmica e Siro-Palestina;²⁹ a segunda refere-se à disciplina optativa do *minor* “Artes e Património” (Sales 2023, 238), designada “Arte Egípcia”, cujo programa inclui uma panorâmica sobre as diversas expressões artísticas daquela civilização — desde a pintura e escultura, até à joalheria e mobiliário, passando

²⁴ https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia_da_antiguidade_pre-classica_tp2-s1-mfr.pdf (acesso em 23/7/2024).

²⁵ https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia_das_culturas_da_antiguidade_pre-classica-tp2-s2-mfr.pdf (acesso em 23/7/2024).

²⁶ O autor e autora gostariam de agradecer a Maria de Fátima Rosa os esclarecimentos prestados relativamente à oferta formativa da FLUL aquando da redacção do presente capítulo.

²⁷ <https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia-militar-da-antiguidade-tp1-s2-jv.pdf> (acesso em 23/7/2024).

²⁸ Constavam ainda da oferta da FLUL duas outras unidades curriculares optativas alusivas ao antigo Egito, a saber, “Introdução à Egíptologia” e “Introdução à Escrita Hieroglífica”, ambas cursadas por Inês Torres, co-autora do presente artigo. Sales (2023, 245) refere que a segunda foi descontinuada por decisão dos órgãos internos daquela instituição e Maria de Fátima Rosa esclarece que a primeira continua a ser oferecida (comunicação privada).

²⁹ <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/historia-das-civilizacoes-pre-classicas/> (acesso em 23/7/2024).

outrossim pela arquitectura.³⁰ No outro *minor* da licenciatura — “Cultura e Religião” — verificam-se outras duas unidades curriculares que abordam contextos antigos egípcios num quadro mais lato, a saber, “Cultura e Mitologias na Antiguidade”³¹ e “Religiões Helenísticas”.³²

As grelhas das três licenciaturas acima apresentadas evidenciam um investimento deliberado e concertado na transmissão de conhecimento egíptológico, correspondendo igualmente às três instituições portuguesas cujos corpos docentes incluem professores/as especializados/as nesta área de estudos. Todavia, o antigo Egipto surge igualmente elencado nos conteúdos programáticos de outras licenciaturas em História oferecidas pelas demais universidades, ainda que em cadeiras tuteladas por docentes especializados/as noutros domínios do saber. Mantendo-nos em Lisboa, a unidade curricular “Civilizações Antigas” da Universidade Autónoma inclui no texto de apresentação da disciplina uma menção ao antigo Egipto como um dos quatro blocos da unidade curricular, a par do Crescente Fértil, da Mesopotâmia e do Levante.³³ Pode ainda inferir-se a cobertura de temas relacionados ao antigo Egipto nas unidades curriculares obrigatórias de “Civilizações Antigas” da Universidade do Porto³⁴ e Universidade do Minho,³⁵ bem como nas opcionais de “Origem das Sociedades Complexas”³⁶ e “História das Religiões”³⁷ da Universidade de Coimbra. Deve ainda sublinhar-se a unidade curricular “Sociedades e Culturas Pré-Clássicas”, que integra o plano de estudos da licenciatura conjunto em História e Arqueologia da Universidade de Évora.³⁸

³⁰ <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/arte-egipcia/> (acesso em 23/7/2024).

³¹ <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/cultura-e-mitologias-na-antiguidade/> (acesso em 23/7/2024).

³² <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/religioes-helenisticas/> (acesso em 23/7/2024).

³³ <https://autonoma.pt/cursos/historia/> (acesso em 23/7/2024).

³⁴ https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=518345 (acesso em 23/7/2024).

³⁵ <https://www.ics.uminho.pt/pt/Ensino/Licenciaturas/Historia> (acesso em 23/7/2024).

³⁶ https://apps.uc.pt/courses/PT/programme/5381/2024-2025?id_branch=23103#branch-23103 (acesso em 23/7/2024).

³⁷ <https://apps.uc.pt/courses/PT/unit/80441/23103/2024-2025?type=ram&id=5381> (acesso em 23/7/2024).

³⁸ <https://www.uevora.pt/estudar/cursos/licenciaturas?cod=8251&v=plano-estudos&uc=HIS14616L> (acesso em 23/7/2024).

Caso desloquemos o nosso olhar para as licenciaturas em Arqueologia, verificaremos, como anteriormente mencionado, que a oferta é menos expressiva, facto compreensível, desde logo, pelo menor número de cursos do 1º ciclo desta disciplina disponível no panorama universitário nacional. Ainda assim, para além da supracitada unidade curricular da licenciatura conjunta da Universidade de Évora, deve destacar-se igualmente a disciplina “Civilizações do Próximo Oriente Antigo”, oferecida na licenciatura de Arqueologia da Universidade do Porto,³⁹ bem como a de “História da Antiguidade Pré-Clássica” da grelha da FLUL, obrigatória no percurso da licenciatura em Arqueologia daquela instituição. A sobreposição da oferta formativa entre as licenciaturas de História e Arqueologia observa-se igualmente nas Universidades de Coimbra e Minho, nomeadamente, na disponibilização das unidades curriculares “Origem das Sociedades Complexas” e “Civilizações Antigas”, respectivamente. Já a grelha das disciplinas obrigatórias da licenciatura de Arqueologia da NOVA FCSH contempla apenas o Médio Oriente Antigo,⁴⁰ ainda que se deva mencionar que o programa passou recentemente a oferecer uma unidade opcional intitulada “Arqueologia Egípcia”.⁴¹

Ainda no âmbito das licenciaturas, também os cursos de História de Arte não são totalmente omissos no referente ao estudo do antigo Egipto. Apesar do seu nome, a unidade curricular de “História da Arte da Antiguidade Clássica” da NOVA FCSH, apresenta no ponto 1.3 do seu programa uma menção ao Egipto no quadro das “artes das primeiras civilizações”.⁴² Simultaneamente, o programa da unidade curricular “História da Arte e Civilizações do Mundo Antigo” da Universidade do Porto define como um

³⁹ https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=517986 (acesso em 23/7/2024).

⁴⁰ <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9006/course/711051168> (acesso em 23/7/2024).

⁴¹ A estrutura curricular da licenciatura em Arqueologia da NOVA FCSH (ano lectivo 2025–2026) pode ser consultada em https://www.fcsh.unl.pt/static/documentos/Plano_Estudios/Licenciaturas/Estruturas/Estrutura_Arq_25_26.pdf (acesso em 8/1/2026).

⁴² <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9182/course/01102086#subject> (acesso em 23/7/2024).

dos seus objectivos “Conhecer aspectos essenciais da arte egípcia”,⁴³ e a mesma assume uma maior centralidade no temário da disciplina “Arte Pré-Clássica” da licenciatura em História de Arte da FLUL,⁴⁴ onde, em espelho com o observado nas cadeiras da licenciatura em História da mesma instituição, a arte egípcia é tratada com maior profundidade, em conjunto com o “objecto artístico” mesopotâmico.

Dada a maior especialização do corpo docente das universidades lisboetas, não é surpreendente que seja aí que se ofereçam formações mais avançadas no domínio egiptológico, nomeadamente, no concernente a programas de 2º (mestrado) e 3º (doutoramento) ciclos. Paralelamente, e conforme supradito, é fundamentalmente através dos cursos de História que é possível avançar nos estudos egiptológicos em Portugal.⁴⁵

No tocante aos cursos de 2º ciclo, merece um especial destaque a área de especialização em Egiptologia do Mestrado em História da NOVA FCSH, o único programa especificamente vocacionado para a prossecução de uma formação egiptológica em solo nacional, criado em 1998. Infelizmente, a falta de investimento e atractividade da área em Portugal — decorrentes, desde logo, da falta de oportunidades profissionais e precariedade do

⁴³ https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrenca_id=518406 (acesso em 23/7/2024).

⁴⁴ <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/licenciaturas/unidades-curriculares#arte-pre-clássica> (acesso em 23/7/2024).

⁴⁵ Tal não é necessariamente observável noutras geografias, particularmente as concernentes às frequentemente tidas como “centrais” da prática egiptológica. Com efeito, embora o exercício comparativo das tendências formativas no campo da Egiptologia em diferentes territórios fique fora do escopo do presente capítulo — não obstante a pertinência de tal tópico, certamente merecedor de um estudo à parte — importa tomar em linha de conta que a frequência de um curso de História nem sempre constitui a porta de entrada para a Egiptologia. Pelo contrário, existem locais em que tal acesso se tende a fazer por meio da Arqueologia, da História da Arte ou até mesmo da Antropologia, não sendo igualmente incomum a observação de programas formativos “estritamente egiptológicos” ou até outros que incidem sobre mais do que uma das áreas supramencionadas simultaneamente, leccionando-se aí conteúdo egiptológico. Para uma visão de conjunto relativa à história da(s) Egiptologia(s) em diversos países e regiões, incluindo elementos de historicização da leccionação da mesma nesses territórios, pode ver-se, nomeadamente: Carruthers 2015; Thompson 2015-2018; Langer 2017; Navrátilová et al. 2019; Bednarski, Dodson e Ikram 2021; Navrátilová et al. 2023.

sector — teve como consequência que, nos anos mais recentes, a mesma não tenha reunido o número de alunos/as suficiente para justificar a sua abertura. Desta forma, elenca-se aqui o conjunto de unidades curriculares cursadas por um dos autores do presente capítulo — Guilherme Borges Pires, mestre pela NOVA FCSH em 2015. À época, a oferta formativa era composta pelas disciplinas de “Metodologias de Investigação em História Antiga”, “Reis e Deuses”⁴⁶ (história política e religiosa), “A língua e as artes” (estudo da língua egípcia em articulação com a sua ocorrência em fontes materiais), “Problemáticas da Literatura Egípcia”, “Problemáticas da Arte Egípcia” e ainda “Origem e Formação das Religiões na Ásia Antiga”, permitindo assim uma contextualização do antigo Egito num quadro geográfico-cultural mais vasto e evitando o ensimesmamento amiúde associado à área egíptológica. Cobrindo as dimensões política, religiosa, literária, linguística e artística, a área de especialização em Egíptologia do mestrado em História da NOVA FCSH permitia aos/às mestrandos/as uma tomada de contacto com diversos aspectos da civilização egípcia, com vista à realização de uma dissertação sobre um tema à escolha, sob orientação de um/a egiptólogo/a. A reforma curricular levada a cabo naquela instituição universitária anteriormente referida teve como consequência, ademais dos aspectos previamente mencionados, a extinção da área de especialização em Egíptologia que, fundindo-se com a de Civilizações do Médio Oriente e da Ásia Antiga, deu origem a uma área de especialização em História Antiga, a partir do ano lectivo de 2025-2026. Acompanhando a tendência de oferta de unidades curriculares e programáticas menos centradas num único âmbito civilizacional observável ao nível da licenciatura, a recém-criada área de especialização contempla as disciplinas “Conexões euro-afro-asiáticas”, “Economia e Sociedade na Antiguidade”, “Receção da Antiguidade e usos do Passado”, “Religião e Pensamento na Antiguidade” e “Representações

⁴⁶ Malgrado a não abertura da área de especialização em Egíptologia, esta unidade curricular foi ministrada no ano lectivo 2023-2024, no âmbito dos mestrados em História e Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, ficando a leccionação a cargo de Inês Torres.

e discursos na Antiguidade”.⁴⁷ O carácter abrangente das suas designações permite uma ampla diversificação dos conteúdos e temas a abordar, dependendo do/a docente a cargo das mesmas.

Apesar de ter sido a única no panorama nacional com um programa egiptologicamente centrado no país, é erróneo asseverar que o estudo egiptológico no âmbito do mestrado em Portugal tem ocorrido exclusivamente na NOVA FCSH, posto que também a FLUL oferece condições para o prosseguimento de formação e investigação egiptológicas, nomeadamente, através do “Seminário de Egiptologia” do mestrado em História.⁴⁸ Da oferta daquela instituição, devem ainda destacar-se as optativas “Estudos de Arte Egípcia”, que figura no leque formativo do mestrado em História de Arte,⁴⁹ “História Comparada das Religiões Pré-Clássicas” oferecida no mestrado de História e Cultura das Religiões⁵⁰ e “Armas e Sociedades: Mundo Pré-Clássico”, disponibilizada no mestrado de História Militar, coorganizado pelas universidades de Lisboa, Coimbra e Madeira em parceria com o Instituto Universitário Militar, a Academia Militar, a Academia da Força Aérea e a Escola Naval.⁵¹ Destarte, a oferta formativa da FLUL permite uma aproximação ao antigo Egipto por uma maior diversidade de abordagens e perspectivas.

De forma similar, é também na NOVA FCSH e na FLUL que se vislumbra uma maior viabilidade de realizar uma tese doutoral de temática egiptológica em Portugal, novamente no quadro dos cursos de 3º ciclo de História oferecidos por aquelas instituições. Da oferta formativa da primeira consta o “Seminário de Especialidade em História Antiga” cujo programa é decidido em função dos interesses específicos dos/as estudantes, podendo

⁴⁷ Veja-se o disposto em <https://guia.unl.pt/pt/2025/fcsh/program/23282#structure> (acesso 9/01/2026).

⁴⁸ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história> (acesso em 23/7/2024).

⁴⁹ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-da-arte-e-património> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁰ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-e-cultura-das-religiões> (acesso em 23/7/2024).

⁵¹ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-militar-flul-fluc-umd-ium-acad-militar-acad-da-força-aérea-escola-naval> (acesso em 23/7/2024).

focar-se em diversos contextos do euro-afro-asiático.⁵² Do leque formativo da segunda inclui-se o “Seminário de Egíptologia”,⁵³ que permite aos/às doutorandos/as daquela instituição um acompanhamento na definição das suas teses. No âmbito doutoral deve ainda fazer-se uma referência ao “Seminário Temático — Ideologia Real no antigo Egípto”, oferecido no quadro do doutoramento em História da Universidade Aberta.⁵⁴

Do acima exposto se depreende um forte pendor centralista da formação egíptológica em território português, que se limita quase exclusivamente à capital, sem prejuízo do antigo Egípto emergir igualmente nos conteúdos programáticos de cursos oferecidos noutros pontos do país, sobretudo a nível do 1º ciclo de estudos. Consequentemente, a realização de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento de cariz egíptológico tem lugar fundamentalmente em Lisboa. Porém, nem mesmo nas instituições que contam com uma oferta e um corpo docente especializados na área, a produção de tais trabalhos académicos se tem feito de forma regular e crescente, como se constatará no terceiro e derradeiro momento deste capítulo.

Tendências: principais eixos dos trabalhos académicos egíptológicos portugueses

A informação abaixo apresentada resulta de uma pesquisa nos repositórios em acesso aberto das três instituições universitárias lisboetas acima identificadas como palco principal da transmissão e produção de conhecimento egíptológico em Portugal, ou seja, a Universidade de Lisboa,⁵⁵ a Universida-

⁵² <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/8347/course/73205102#subject> (acesso em 23/7/2024). No ano lectivo de 2015–2016 ofereceu-se igualmente um seminário de Hierático, aberto a mestrandos/as e doutorandos/as, facilitando uma introdução a um outro sistema de escrita egípcio para além do hieroglífico, algo que, tanto quanto é do conhecimento da autora e autor deste capítulo, não se voltou a repetir.

⁵³ <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/ensino/doutoramentos#história> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁴ <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/seminario-tematico-ideologia-real-no-antigo-egipto/> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁵ <https://repositorio.ul.pt> (acesso em 23/7/2024).

de NOVA de Lisboa⁵⁶ e a Universidade Aberta.⁵⁷ Desta forma, introduziram-se os termos “Egi(p)to antigo” e “Egiptologia” (em português e em inglês) nos motores de busca dos referidos repositórios, definindo-se os parâmetros da busca por forma a que a mesma apresentasse resultados referentes a dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Prevendo-se, contudo, a eventual existência de trabalhos apresentados a outras instituições que não as supra-mencionadas e por forma a obter uma visão geral tão completa quanto possível, repetiu-se igual processo no sítio dos *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal* (RCAPP),⁵⁸ obtendo-se assim dados de outras unidades académicas. Evidentemente, tal metodologia permite somente a aferição de dados disponíveis nos instrumentos digitais mencionados, excluindo trabalhos que, por um ou outro motivo, não tenham aí sido registados, lacuna que se procurou colmatar mediante a consulta dos catálogos das bibliotecas das três universidades supracitadas, posto que esses acervos incluem igualmente versões físicas de trabalhos de mestrado e doutoramento defendidos nas respectivas instituições. Salvaguarda-se, contudo, a possível ocorrência de produções mais recentes que ainda não tenham sido registadas quer nos repositórios de acesso aberto, quer nos respectivos catálogos biblio-universitários. Desta forma, não sendo uma moldura definitiva e totalizante da produção académica egiptológica e afim em contexto português, trata-se da avaliação quantitativa mais exaustiva possível dessa realidade académico-epistemológica à data da redacção deste capítulo, em Julho de 2024.

No referente às dissertações de mestrado, a pesquisa contabilizou um total de 40 resultados, correspondendo a trabalhos apresentados entre 1993 e 2022, sendo a instância mais antiga de uma dissertação de mestrado de temática egiptológica em Portugal da autoria de José das Candeias Sales⁵⁹ — apresentada à NOVA FCSH — e a mais recente visível no registo

⁵⁶ <https://run.unl.pt> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁷ <https://repositorioaberto.uab.pt> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁸ <https://www.rcaap.pt> (acesso em 23/7/2024).

⁵⁹ Tratando-se de um estudo comparativo das ideologias reais egípcia e acácia — inscrevendo-se assim na tradição de aproximações comparativas à Antiguidade Pré-Clássica a que anteriormente fizemos menção — a dissertação viria a ser publicada na Editorial Estampa (Sales 1997).

digital assinada por Mariana Machado (2022) e defendida na FLUL. Estas duas faculdades apresentam um número equivalente de dissertações de mestrado defendidas (fig. 1).

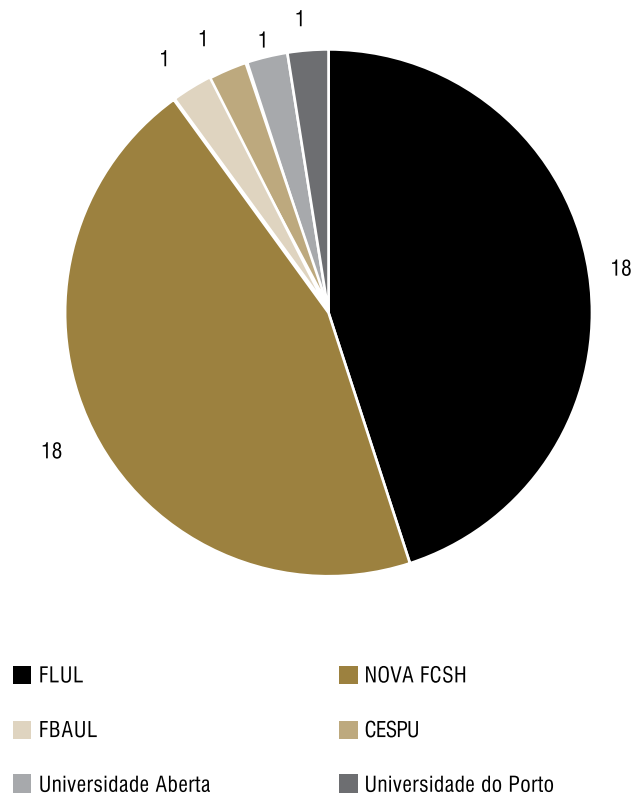


Fig. 1 Distribuição de dissertações de mestrado por instituição (gráfico elaborado pelos autores).

Sendo a NOVA FCSH e a FLUL as instituições onde historicamente eclodiu e se consolidou a prática egiptológica em solo português, é lógico que seja também aí que se apresente o maior volume de dissertações de mestrado do campo de estudos. Todavia, importa notar a ocorrência de trabalhos académicos que, ainda que centrados em temáticas articuladas com o Egipto antigo, não foram apresentados em cursos de História e/ou Arqueologia, tendo sido defendidas noutras instituições. É o caso de uma dissertação, desenvolvida na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, subjacente a uma reinterpretação artística do julgamento osiríaco (B. Lopes 2021), de um trabalho de mestrado do campo da Matemática relativa aos números racionais no antigo Egipto, defendida na Faculdade

de Ciências da Universidade do Porto (Huanaco 2015) ou ainda de um estudo forense apresentado na Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário (Costa 2013). Tais exemplos constituem prova da vitalidade do antigo Egipto como *topus* mobilizado em trabalhos académicos “extra-egiptológicos”, ao mesmo tempo que o facto de não terem contado com egiptólogos/as como coorientadores/as atesta uma eventual dificuldade dialógica entre agentes de diversas áreas do saber académico ou até entraves institucionais.

Apesar do primeiro trabalho de mestrado ter sido defendido em 1993 e de 1998 corresponder à data de criação de um programa desse ciclo especificamente voltado para a Egiptologia, o facto é que, de lá para cá, vários têm sido os anos sem registo de uma dissertação de mestrado egiptológica apresentada a uma instituição portuguesa, tendência que se tem, contudo invertido, em anos mais recentes (fig. 2).

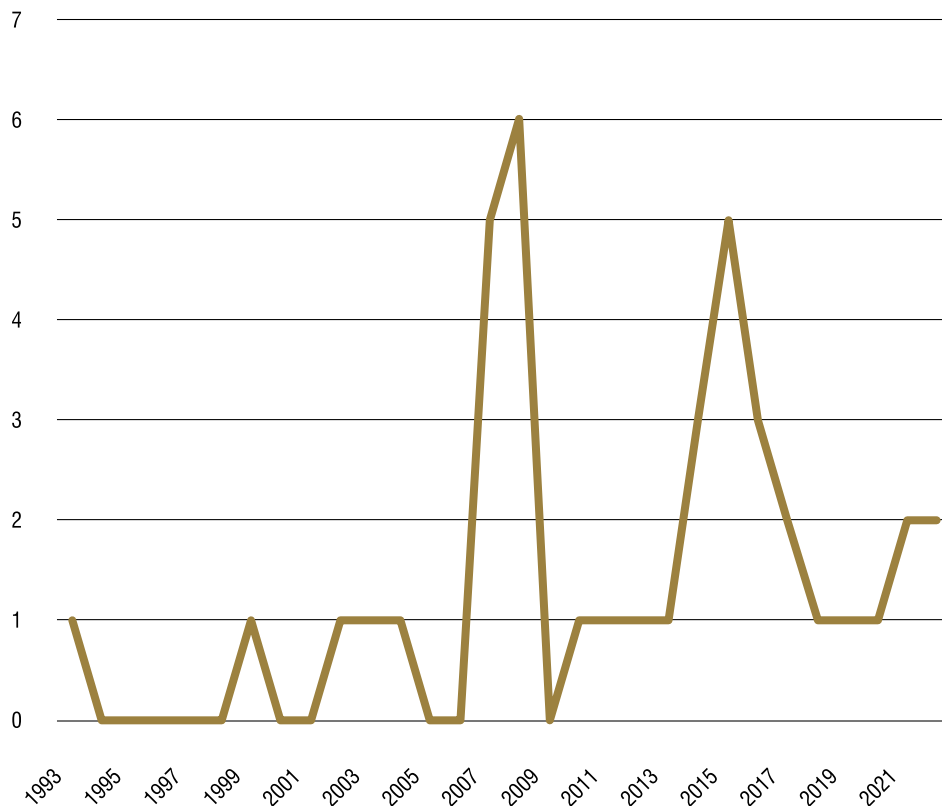


Fig. 2 Frequência de dissertações de mestrado por ano (gráfico elaborado pelos autores).

Malgrado o (ainda) reduzido número de dissertações, devem assinalar-se dois “picos” de produção, um na segunda metade da década de 2000 e outro em meados do decénio seguinte. Além disso, a despeito de uma baixa significativa no último lustro, importa assinalar que se têm, ainda assim, registado trabalhos deste cariz. Simultaneamente, a escassez numérica dificulta a aferição de verdadeiras tendências, haja vista a variedade de temáticas e problemáticas que perpassam os trabalhos de 2º ciclo apresentados em Portugal (fig. 3).

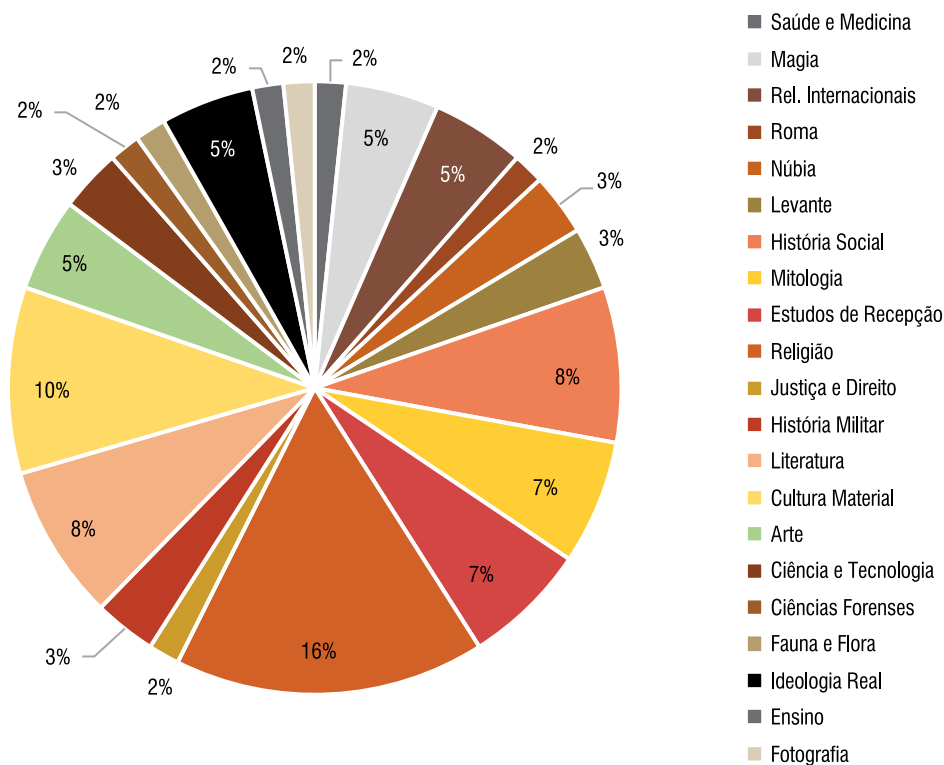


Fig. 3 Divisão temática e respectiva frequência percentual das dissertações de mestrado (gráfico elaborado pelos autores).

Reiterando que o diminuto número de dissertações desaconselha extrapolações ou leituras excessivamente latas, é curioso observar ser a religião — precisamente o tema sobre o qual incidiu o primeiro trabalho académico egiptológico *avant la lettre* de que se tem conhecimento em Portugal, como previamente referido — o domínio temático-analítico que mais predominantemente se constata neste *corpus*, ainda que a profusão temática a que anteriormente fizemos menção impeça de a considerar como verdadeiramente

maioritária. Por outro lado, a menor expressão de trabalhos centrados em aspectos de cultura material em favor do predomínio de temas que incidem sobre aspectos políticos, religiosos, literários, militares ou até sociais pode ser explicada, ainda que apenas parcialmente, pelo facto da aproximação aos estudos egíptológicos se fazer fundamentalmente por via da História em lugar da Arqueologia ou História de Arte, como anteriormente observado.⁶⁰

Simultaneamente, o reduzido grau de especialização das Egíptologias portuguesas pode igualmente ser intuído a partir da constatação do elevado número de dissertações de mestrado que lidam com um determinado tema-problema na longa duração, não se detendo num recorte cronológico específico⁶¹ (fig. 4).

Apesar da circunstância acima detalhada, interessa notar que, considerando os trabalhos centrados num período concreto da história egípcia antiga, o registo apresenta um domínio das dissertações alusivas a realidades do Império Novo, seguido do Império Médio que, ainda assim, é alvo de menos de metade dos trabalhos do anterior. As explicações para esta realidade serão necessariamente complexas e plurais. Não obstante, a popularidade das cronologias mencionadas — e conseqüente maior tratamento das mesmas em contexto académico-pedagógico — certamente contribuirá para que seja este o cenário verificado.

⁶⁰ A este título, deve ainda referir-se que o reduzido número de missões arqueológicas portuguesas no Egito não só não promove uma tradição epistemológico-investigativa centrada na cultura material, como também dificulta o acesso a fontes materiais inéditas, fazendo assim com que a investigação egíptológica realizada em solo português seja menos conduzida pelo estrito tratamento de dados — como sucede noutras geografias com um investimento mais avultado em trabalho arqueológico — e mais afecta a dimensões interpretativas a partir de dados previamente publicados. Todavia, importa referir que o mencionado parco investimento em trabalho de campo em arqueossítios egípcios não significa uma total ausência de projectos, equipas e/ou indivíduos portugueses/as nesse âmbito. Refira-se, concretamente, o projecto levado a cabo em Mênfis, no designado “Palácio de Apriés”, entre 2000 e 2010 (ver capítulo de Maria Helena Trindade Lopes neste volume), bem como o mais recente *Projecto de Documentação da Mastaba de Akhmerutnisut* (MAD-P na sigla inglesa), uma cooperação luso-brasileira.

⁶¹ Os casos “não aplicáveis” (N/A) na figura 4 abaixo referem-se a trabalhos que, pela sua natureza e objectivos intrínsecos, não se reportam a recortes cronológicos concretos da história antigo-egípcia, como sejam os realizados no quadro dos Estudos da Recepção ou os que consistem num estudo de colecções específicas.

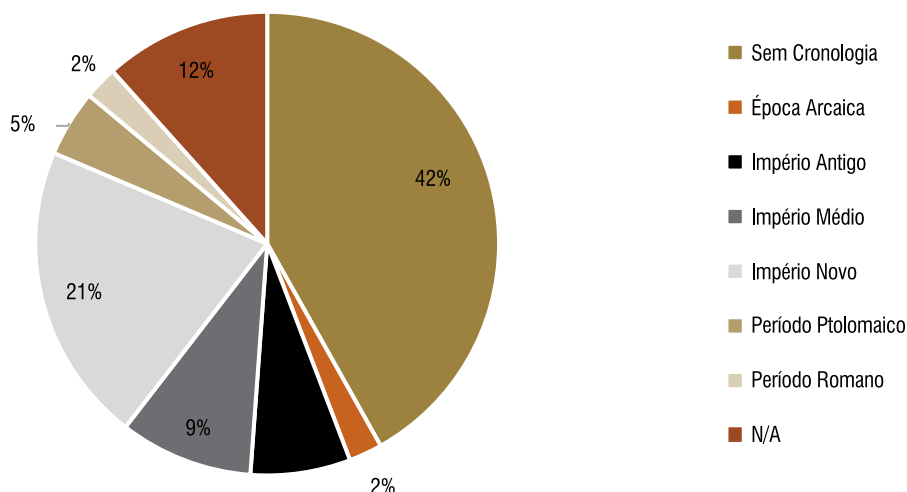


Fig. 4 Frequência de cronologias do antigo Egito no escopo das dissertações de mestrado consideradas (gráfico elaborado pelos autores).

Fruto de um nascimento e consolidação tardios das Egíptologias portuguesas, das exigências acrescidas de um ciclo formativo mais avançado e da pouca capacidade de atractividade e retenção da área de estudos em contexto nacional — a que não é alheio o crónico subfinanciamento da investigação científica em Portugal, particularmente no campo das Humanidades (fenómeno não exclusivo do caso português) — o número de teses de doutoramento de temática egíptológica realizadas em instituições universitárias nacionais em pouco ultrapassa uma dezena (13). Como anteriormente se disse, a primeira foi defendida por Maria Helena Trindade Lopes na NOVA FCSH, em 1994; já o trabalho doutoral mais recente de que os repositórios dão conta, por seu turno, foi apresentado por André Silva à FLUL em 2019. A par das teses desenvolvidas nessas duas instituições, com maior incidência na segunda, verificam-se ainda uma tese realizada na Universidade Aberta e outra na Universidade do Porto (fig. 5).

Em decorrência do número residual de trabalhos doutorais, qualquer tentativa de delineamento de uma evolução cronológica afigura-se pouco informativa, com vários anos sem qualquer registo de uma tese de doutoramento egíptológica submetida a universidades portuguesas e um número máximo de duas por ano (fig. 6).

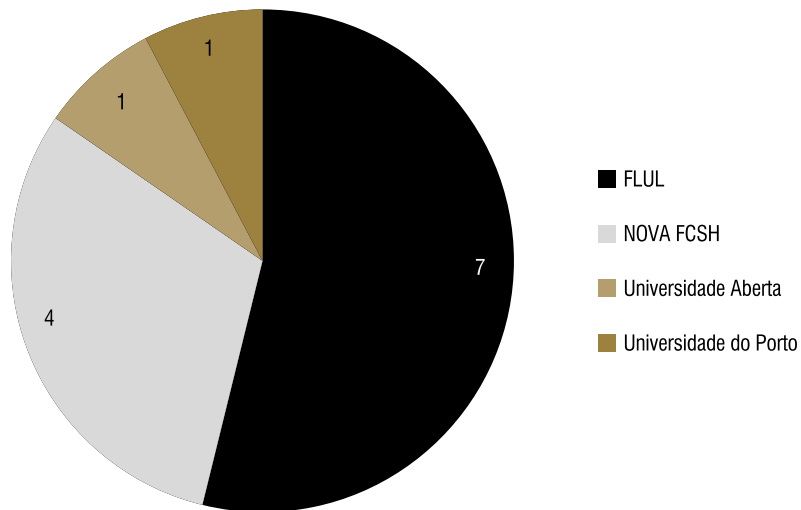


Fig. 5 Distribuição de teses de doutoramento por instituição (gráfico elaborado pelos autores).

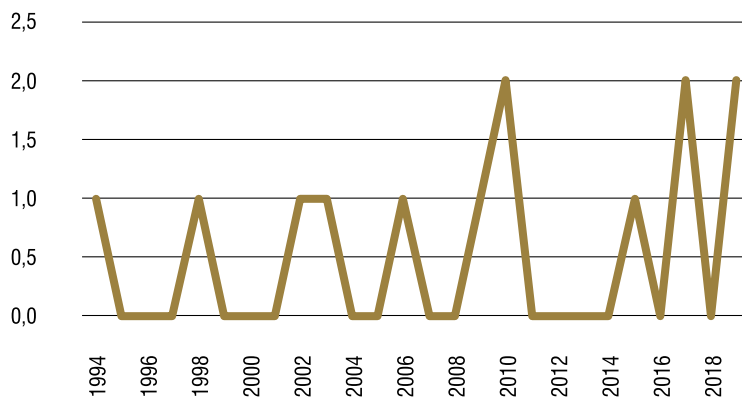


Fig. 6 Frequência de teses de doutoramento por ano (gráfico elaborado pelos autores).

A repartição temática, a despeito das poucas ocorrências, segue o mesmo padrão anteriormente observado para as dissertações de mestrado, com o domínio religioso a figurar como o foco do maior número de teses defendidas em Portugal (fig. 7).

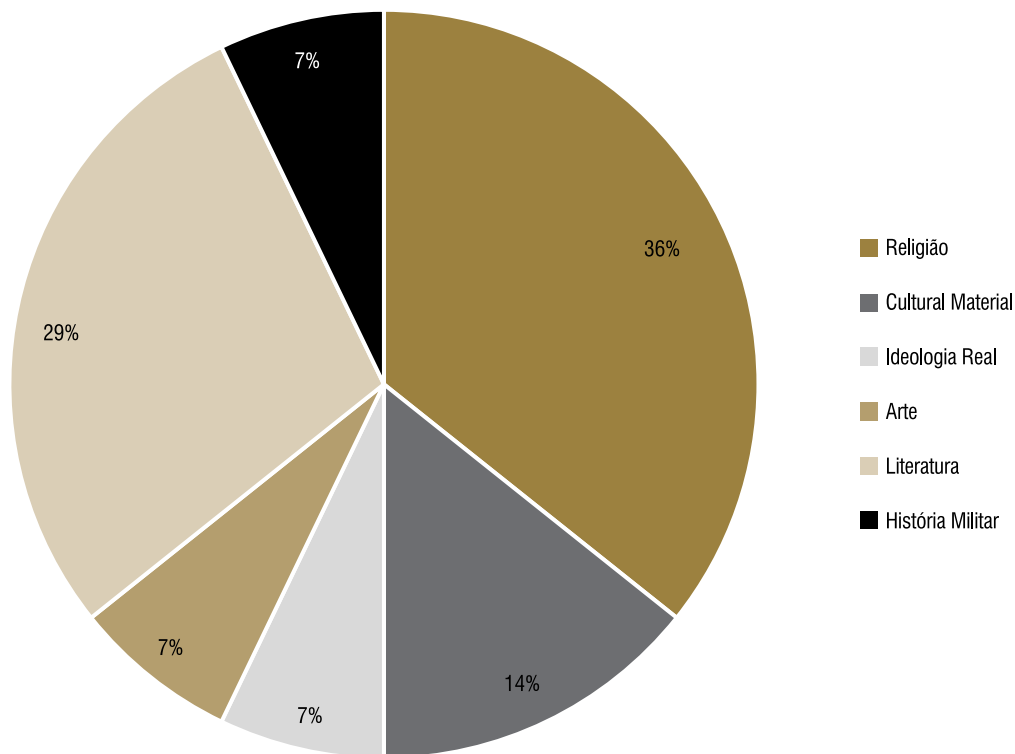


Fig. 7 Divisão temática e respectiva frequência percentual das teses de doutoramento (gráfico elaborado pelos autores).

Naturalmente, o menor número de teses doutorais tem como consequência a verificação de um número mais reduzido de temas/áreas estudados/as a nível doutoral nas instituições portuguesas, quando comparado com o cenário verificado no âmbito dos trabalhos de mestrado. Todavia, importa reiterar o peso expressivo da religião e da literatura como eixos analítico-investigativos dominantes, sugerindo (parcialmente) uma formação dos/as autores/as desses contributos mais “histórica” que “arqueológica”.

Também no que diz respeito à cronologia investigada se observa uma distribuição percentual semelhante à identificada para os mestrados (fig. 8).

À semelhança do comprovado na análise quantitativa das dissertações de mestrado, também nas teses de doutoramento se detecta um predomínio de trabalhos focados no Império Novo, a par de abordagens na longa duração, sem recorte cronológico específico, o que pode sugerir um reduzido grau de especialização das Egiptologias portuguesas. Interessa ainda destacar a presença de investigações subordinadas ao Terceiro Período In-

termédio, algo não verificável, até ao momento, no registo digital e arquivístico das dissertações de mestrado.

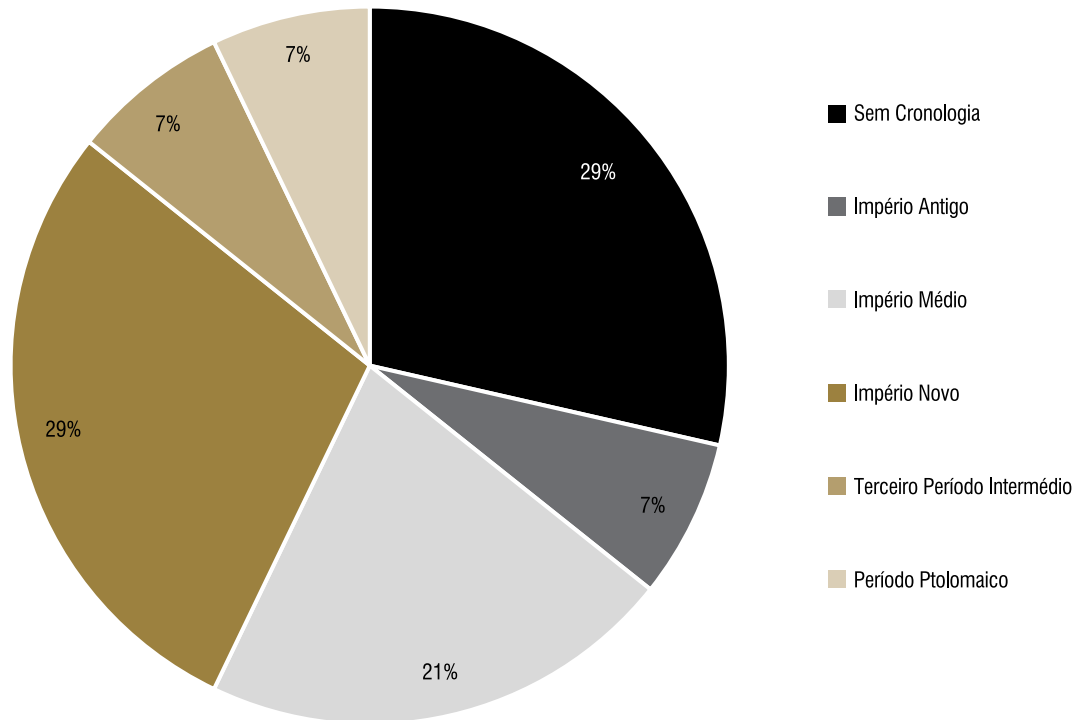


Fig. 8 Frequência de cronologias do antigo Egipto no escopo das teses de doutoramento consideradas (gráfico elaborado pelos autores).

Comentários finais

No término desta breve reflexão subjacente às formações egiptológicas em Portugal importa, à cabeça, ter presente que nos referimos a um campo de estudos que ainda se encontra na sua infância no panorama nacional. Apesar do empreendimento de esforços desde o século XIX, os primeiros trabalhos *de facto* académicos na área surgiriam somente na última década da centúria seguinte, no final da qual se estabeleceriam igualmente programas e seminários de especialidade. Consequentemente, a oferta e o corpo docente que a lecciona são reduzidos, o que é simultaneamente causa e efeito de um subfinanciamento crónico da investigação científica em Portugal (particularmente visível no domínio das Ciências Sociais e Humanas) que reforça a precariedade do sector e simultaneamente obsta a uma

maior atractividade da área junto de eventuais estudantes e investigadores/as em início de carreira. O número diminuto de mestrados e doutoramentos concluídos em instituições universitárias portuguesas — que tampouco evidencia um crescimento lento, mas constante, observando-se antes uma instabilidade numérica na defesa de novos trabalhos — disso dá conta.

Por outro lado, a tardança em formar profissionais da/na área significou igualmente que as formações egiptológicas ficaram longamente sob a alçada de intelectuais actuantes fundamentalmente noutros campos da História Antiga, com particular destaque para os Estudos Bíblicos. Não negligenciando o seu prestimoso contributo, esta particularidade da realidade portuguesa condicionou não apenas os temas trabalhados, como também incentivou a que os primeiros trabalhos doutorais de cariz “estritamente egiptológico” fossem realizados sob (co-)supervisão de professores de centros de produção de conhecimento internacionais. Simultaneamente, o número limitado de profissionais da área conduz à inviabilidade de uma licenciatura em Egiptologia (ou sequer concernente ao Nordeste Africano e Ásia Ocidental antigos), fazendo com que a especialização dos agentes da área no país seja empurrada para os ciclos de formação posteriores, nomeadamente, a nível do mestrado e do doutoramento e, mesmo assim, com uma oferta lectiva reduzida e esmagadoramente concentrada na capital portuguesa, evidenciando assim o problema do centralismo que perpassa múltiplas dimensões da realidade do país.

Malgrado o parco número de trabalhos académico-egiptológicos apresentados em contexto universitário português — que pouco ultrapassa as cinco dezenas — é ainda assim possível detectar dois picos de produção, concretamente, na segunda metade da década de 2000 e em meados da seguinte. Paralelamente, o predomínio de temas de conteúdo mais “histórico-religioso” do que “arqueológico-material” atestam o percurso académico dos/as autores/as desses trabalhos, a grande maioria dos/as quais se licenciou em História e não em Arqueologia ou História da Arte. Deve ainda sublinhar-se a existência de contributos desenvolvidos no âmbito dos Estudos de Recepção — incluindo fora das formações/centros “egiptológicos/as” — que podem representar uma importante oportunidade para

o futuro das Egíptologias nacionais, tendo muito recentemente integrado os *curricula* oferecidos pelas instituições portuguesas.

Não obstante as sérias limitações que advêm deste quadro geral, importa igualmente não apenas reconhecer todos os esforços empreendidos no sentido de consolidar os estudos egíptológicos em Portugal, bem como apontar caminhos e potencialidades da realidade das formações egíptológicas no país. Com efeito, a reduzida formação específica observada pode ser capitalizada para uma maior vocação para a interdisciplinaridade, algo fundamental num momento em que cada vez mais vozes se erguem na crítica ao acantonamento e ensimesmamento da prática egíptológica.⁶² Nesta senda, um conhecimento mais alargado de vários períodos históricos decorrente da frequência de licenciaturas em História, Arqueologia e História de Arte e não circunscrito à Antiguidade favorece o estabelecimento e consolidação dos Estudos de Recepção, nos quais colegas portugueses/as poderão intervir munidos/as das ferramentas teórico-analíticas adquiridas no decurso das suas formações, contribuindo de forma decisiva para um filão em crescente expansão no cenário internacional. A este título, deve ainda mencionar-se que a inserção de Portugal no espaço lusófono e ibero-americano pode ser aproveitada também no que ao âmbito formativo diz respeito, nomeadamente, com recurso às tecnologias de informação e comunicação, que suavizam constrangimentos físico-espaciais e promovem sinergias e congregação de esforços, com notório potencial de fortalecimento de práticas egíptológicas comumente tidas como “periféricas”.

Em suma, se os percursos por que têm trilhado as formações egíptológicas em Portugal se pautam por desafios observáveis na longa duração, a persistência da sua oferta — se continuamente estimulada e reforçada — e o empenho dos seus agentes pode vir a significar o estabelecimen-

⁶² A este respeito, veja-se, nomeadamente, Moreno García 2015. Pode ainda mencionar-se a fundação de revistas cujo escopo e objectivos visam o incremento de abordagens interdisciplinares no contexto da(s) prática(s) egíptológica(s), de que a publicação *Interdisciplinary Egyptology* constitui um exemplo significativo. Para uma reflexão subjacente aos desafios das aproximações interdisciplinares e respectivas implicações em contexto académico-egíptológico ver Gracia Zamacona 2021.

to de uma prática sólida e frutífera que não precisa necessariamente de mimetizar o histórica e disciplinarmente definido como “canónico”, mas que pode propor outras formas de produzir e transmitir conhecimento egiptológico, a partir das suas particularidades intrínsecas. Aprender, estudar e investigar sobre o antigo Egito será tão mais efectivo quanto mais ancoradas tais acções estiveram nas realidades locais que, ainda que em permanente diálogo com dinâmicas globais, se devidamente apoiadas, podem abrir a porta a novas formas de agir e proceder, incluindo no espaço académico-universitário português.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Isabel Gomes de. 2020. “Ancient Near Eastern Studies and Portuguese Academia: A Love Affair Under Construction.” In *Perspectives on the History of Ancient Near Eastern Studies*, editado por Agnès Garcia-Ventura e Lorenzo Verderame, 222–36. Pennsylvania: Eisenbrauns.
- Araújo, Luís Manuel de. 1993. *Antiguidades Egípcias*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura e Instituto Português de Museus.
- Araújo, Luís Manuel de. 1998. “Estatuetas funerárias egípcias da XXI dinastia: 1070-945 a.C.” Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Araújo, Luís Manuel de. 2000. “Egiptologia em Portugal.” *CADMO* 10: 57–94.
- Araújo, Luís Manuel de. 2011. *A Coleção Egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.
- “Área de Especialização em História Antiga” – Universidade NOVA de Lisboa, <https://guia.unl.pt/pt/2025/fcsh/program/23282#structure> (acessado em 9/01/2026).
- “Arqueologia e História do Médio Oriente Antigo” – Universidade NOVA de Lisboa, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9006/course/711051168> (acessado em 3/06/2024).
- “Arte Egípcia” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/arte-egipcia/> (acessado em 3/06/2024).
- “Arte Pré-Clássica” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/licenciaturas/unidades-curriculares#arte-pré-clássica> (acessado em 3/06/2024).
- Bednarski, Andrew, Aidan Dodson, e Salima Ikram, eds. 2021. *A History of World Egyptology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Caramelo, Francisco, e Maria Helena Trindade Lopes. 2003. “Portuguese Egyptology: New Projects, Museum Studies, and Publications.” In *Egyptology at Dawn of the Twenty-first Century. Proceedings of the Eighth International Congress of Egyptologists, 3: Language, Conservation, Museology*, editado por Zahi Hawass, 153–56. Cairo: American University in Cairo Press.
- Carreira, José Nunes. 1992. *Introdução à História e Cultura Pré-Clássica – Guia de Estudo*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Carruthers, William. 2015. *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. London: Routledge.

- “Civilizações Antigas” – Universidade do Minho, <https://www.ics.uminho.pt/pt/Ensino/Licenciaturas/Historia> (acessado em 3/06/2024).
- “Civilizações Antigas” – Universidade do Porto, https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=518345 (acessado em 3/06/2024).
- Coelho, Adolfo. 1872. *A Questão do Ensino*. Porto: s.n.
- Costa, Rui Alves da. 2013. “Estudo antro-p radiológico forense de uma múmia egípcia.” Dissertação de mestrado, Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário.
- Couvaneiro, João Luís S. F. 2012. “O Curso Superior de Letras (1861-1911). Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal.” Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- “Cultura e Mitologias na Antiguidade” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/cultura-e-mitologias-na-antiguidade/> (acessado em 3/06/2024).
- Cunha, Maria José, e Rogério Sousa. 2006. “A Coleção de Antiguidades Egípcias do Museu de História Natural da Universidade do Porto.” *Revista da Faculdade de Letras* 3 (7): 235–41.
- “Doutoramentos – História” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/doutoramentos#história> (acessado em 3/06/2024).
- Gracia Zamacona, Carlos. 2021. “(In)ter)discipline: the case of Egyptology.” *Aula orientalis* 39 (1): 73–79.
- “História” – Universidade Autónoma de Lisboa, <https://autonoma.pt/cursos/historia/> (acessado em 3/06/2024).
- “História Cultural e das Mentalidades da Antiguidade” – NOVA FCSH, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9181/course/711051116#subject> (acessado em 3/06/2024).
- “História da Antiguidade Pré-Clássica” – FLUL, https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia_da_antiguidade_pre-classica_tp2-s1-mfr.pdf (acessado em 3/06/2024).
- “História da Arte da Antiguidade Clássica” – NOVA FCSH, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9182/course/01102086#subject> (acessado em 3/06/2024).
- “História da Arte e Civilizações do Mundo Antigo” – Universidade do Porto, https://sigarra.up.pt/flup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=518406 (acessado em 3/06/2024).
- “História das Civilizações Pré-Clássicas” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/historia-das-civilizacoes-pre-classicas/> (acessado em 3/06/2024).
- “História das Culturas da Antiguidade Pré-Clássica” – FLUL, https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia_das_culturas_da_antiguidade_pre-classica-tp2-s2-mfr.pdf (acessado em 3/06/2024).
- “História das Religiões” – Universidade de Coimbra, História das Religiões, <https://apps.uc.pt/courses/PT/unit/80441/23103/2024-2025?type=ram&id=5381> (acessado em 3/06/2024).
- “História do Egipto Antigo” – NOVA FCSH, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/9181/course/711051102#subject> (acessado em 3/06/2024).
- “História Militar da Antiguidade” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/images/ensino/licenciaturas/programas-23-24/historia-militar-da-antiguidade-tp1-s2-jv.pdf> (acessado em 3/06/2024).
- Huanaco, Israel. 2015. “Números racionales en el Antiguo Egipto.” Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- “Índice por Curso e Instituição” - Direção-Geral do Ensino Superior, <https://www.dges.gov.pt/guias/indcurso.asp> (acessado em 3/06/2024).
- Langer, Christian. 2017. *Global Egyptology*. London: Golden House Publications.
- Lopes, Beatriz. 2021. “Reinterpretação de mitos: as divindades do tribunal de Osíris.” Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 1989. “Hora Zero – A realidade portuguesa no domínio da Antiguidade Pré-Clássica.” *Penélope* 2: 143–49.

- Lopes, Maria Helena Trindade. 1994. “Os Nomes Próprios no Império Novo.” Tese de Doutorado, Universidade NOVA de Lisboa.
- Lopes, Maria Helena Trindade. 2023. “The History of Egyptology in Portugal.” In *Ancient Egypt 2021. Perspectives of Research*, editado por Susanna Moser et al., 95–103. Harrassowitz.
- Machado, Mariana. 2022. “Os túmulos reais da Época Arcaica e as representações do rei-Hórus: das origens à Época Arcaica.” Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Martins, F. 2006. “‘É evidentemente muito embaraçoso tomar posição.’ Portugal e a Crise do Suez de 1956.” *Relações Internacionais* 12: 99–118.
- “Mestrados – História de Arte e Património” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-da-arte-e-património> (acessado em 3/06/2024).
- “Mestrados – História e Cultura das Religiões” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-e-cultura-das-religiões> (acessado em 3/06/2024).
- “Mestrados – História Militar” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história-militar-flul-fluc-umd-ium-acad-militar-acad-da-força-aérea-escola-naval> (acessado em 3/06/2024).
- “Mestrados – História” – FLUL, <https://www.letras.ulisboa.pt/pt/ensino/mestrados/cursos#história> (acessado em 3/06/2024).
- Moniz, Jaime. 1865. “Quinta Cadeira. História Universal Filosófica.” In *Programa das cadeiras do Curso Superior de Letras para o ano lectivo 1865-1866*. Lisboa: [s.n.].
- Moreno García, Juan Carlos. 2015. “The cursed discipline? The peculiarities of Egyptology at the turn of the twenty-first century.” In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, editado por William Carruthers, 50–63. London; New York: Routledge.
- Navrátilová, Hana et al., eds. 2019. *Towards a History of Egyptology: Proceedings of the Egyptological Section of the 8th ESHS Conference in London, 2018*. Münster: Zaphon.
- Navrátilová, Hana et al., eds. 2023. *Addressing Diversity. Inclusive Histories of Egyptology*. Münster: Zaphon.
- Neto, Maria João B. 2002. “O poder das formas: o Antigo Egipto revivido na Arte Portuguesa Contemporânea.” *CADMO* 12: 224–41.
- “Origens das Sociedades Complexas” – Universidade de Coimbra, <https://apps.uc.pt/courses/PT/unit/80424/22541/2024-2025?type=ram&id=5382> (acessado em 3/06/2024).
- “Plano de Estudos – Licenciatura em História” – Universidade NOVA de Lisboa, https://www.fcsh.unl.pt/static/documentos/Plano_Estudos/Licenciaturas/Estruturas/Estrutura_HIS_25_26.pdf (acessado em 8/01/2026).
- “Plano de Estudos – Licenciatura em Arqueologia” – Universidade NOVA de Lisboa, https://www.fcsh.unl.pt/static/documentos/Plano_Estudos/Licenciaturas/Estruturas/Estrutura_Arq_25_26.pdf (acessado em 8/01/2026).
- Reis, Carlos. 1990. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Reis, António, Maria Inácia Rezola, e Paula Borges Santos, eds. 2016–2018. *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, 8 vols. Porto: Figueirinhas.
- “Religiões Helenísticas” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/religioes-helenisticas/> (acessado em 3/06/2024).
- Repositório Aberto - Universidade Aberta*, <https://repositorioaberto.uab.pt> (acessado a 3/06/2024).
- Repositório da Universidade de Lisboa*, <https://repositorio.ul.pt> (acessado a 3/06/2024).
- Repositório da Universidade NOVA de Lisboa*, <https://run.unl.pt> (consultado a 3/06/2024).
- Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAPP)*, <https://www.rcaap.pt> (acessado a 4/06/2024).
- Rollo, Maria Fernanda, e Fernando Rosas, eds. 2011. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, Fernando. 1994. *História de Portugal, vol. 7 - O Estado Novo: 1926-1974*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Salazar, António de Oliveira. 1951. *Discursos e Notas Políticas. Volume IV*. Editora Coimbra.
- Sales, José das Candeias. 1997. *A ideologia real académica e egípcia: representações do poder político pré-clássico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Sales, José das Candeias. 2023. “O ensino universitário do Egipto antigo em Portugal.” *Revista História Hoje* 12 (24): 235–52.
- “Seminário de Especialidade em História Antiga” – NOVA FCSH, <https://guia.unl.pt/pt/2023/fcsh/program/8347/course/73205102#subject> (acessado a 3/06/2024).
- “Seminário Temático – Ideologia Real no antigo Egipto” – Universidade Aberta, <https://guiadoscursos.uab.pt/ucs/seminario-tematico-ideologia-real-no-antigo-egipto/> (acessado a 3/06/2024).
- Silva, André de Campos. 2019. “The Roles of God in the Ancient Egyptian Instruction Texts of the Middle and New Kingdoms.” Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- “Sociedades e Culturas Pré-Clássicas” – Universidade de Évora, <https://www.uevora.pt/estudar/cursos/licenciaturas?cod=8251&v=plano-estudos&uc=HIS14616L> (acessado a 3/06/2024).
- Tavares, António Augusto. 1995. *As Civilizações Pré-Clássicas. Guia de Estudo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Thompson, Jason. 2015-2018. *Wonderful Things: A History of Egyptology, 3 vols*. Cairo: American University in Cairo Press.
- Torgal, Luís Reis, e João Lourenço Roque. 1998. *História de Portugal, vol. 5 – O liberalismo*. Lisboa: Estampa.
- Yücel, İdris. 2016. “Between science and empire: the diplomatic struggle over Mesopotamian antiquities in Lisbon (1914–1926).” *Mediterranean Historical Review* 31 (2): 165–80.